

Todos à Alesp, por mais recursos para a Educação!

Deputados votam orçamento de 2007 nesta semana. Serra arrocha verbas da educação

O Fórum das Seis tem se reunido sistematicamente e desenvolveu intensas atividades na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) nessas duas últimas semanas.

No dia 13/2, o Colégio de Líderes da Alesp ouviu, separadamente, os reitores das universidades estaduais (não se sabe o teor da conversa) e, em seguida, o Fórum das Seis — que cobrou do presidente da Casa e de todos os partidos a rejeição dos vetos do Executivo à LDO-2007 aprovada pela Alesp, antes de analisar a proposta de LOA-2007. Silêncio total. A cena surreal deixou os representantes do Fórum das Seis indignados, pois foi como se falássemos de algo que não lhes dissesse respeito — essa tem sido a lógica de funcionamento da Alesp!

Como já não é novidade, o Executivo quer impor sua LDO-2007, que não contempla o acréscimo de recursos para a Educação em geral, incluindo as universidades e o Centro Paula Souza (Ceeteps), além de prever o eventual contingenciamento de recursos para programas e ações relativos a todas as áreas sociais (vide *Informativo Adu*sp 229).

A situação agora ficou mais “dura”, pois o governo parece ter conseguido recompor sua base de sustentação e, por certo, pretende votar a LOA-2007 que convém a Serra em rito sumário, ou seja, com certeza sem discussão em audiências públicas e talvez nem sequer debate efetivo em plenário.

No mesmo dia 13/2, o Fórum das Seis participou de audiência pública promovida pela Comissão de Educação da Alesp (não deliberativa, por falta de quórum), quando foram discutidos os recentes decretos do governo do Estado sobre o Ensino Superior; o contingenciamento de recursos das universidades, já consignados na LDO e na LOA de 2006; e o decreto que veda a admissão ou contratação de pessoal no Estado por tempo indeterminado. A audiência foi gravada pela TV Assembleia e transmitida em diferentes horários.

Apesar dos esforços realizados nesses eventos e nas inúmeras conversas com deputados, não foi possível garantir que a Comissão de Finanças e Orçamento (CFO) discutisse os vetos do Executivo à LDO-2007 aprovada pela Alesp. Assim, foi convocada uma sessão extraordinária da CFO em 15/2, tendo como pauta a análise do relatório elaborado pelo deputado Edmir Chedid (PFL) sobre o Orçamento Estadual para 2007, com base no projeto do Executivo, que chegou às mãos dos membros da comissão apenas na noite do dia anterior.

Os representantes do Fórum das Seis só tiveram acesso ao conteúdo desse relatório no próprio dia 15/2, durante a reunião da CFO. Ao perceberem que o relatório mantinha apenas os 9,57% do ICMS (mais Lei Kandir), procuraram convencer os deputados da CFO a contemplar, pelo menos, parte das emen-



Daniel Garcia

Na reunião de 22/2 da CFO, os governistas aprovaram relatório da LOA-2007 por ampla maioria

das que haviam sido vetadas pelo Executivo. Insistiu-se, em particular, para que fossem incluídos os recursos equivalentes aos 0,43% do ICMS correspondentes à expansão de vagas.

Após várias negociações entre os deputados, decidiu-se dispensar a leitura formal do relatório e adiou-se sua análise para nova reunião da CFO em 22/2, com o intuito de permitir que os deputados e as entidades que compõem o Fórum das Seis analisassem mais atentamente o referido relatório.

Naquele momento já ficava explícita a estratégia adotada pela maioria dos deputados: abdicar de sua independência face ao Executivo e, portanto, passar o rolo compressor sobre as propostas para a Edu-

cação e as demais áreas sociais contidas na LDO-2007 que a própria Alesp havia aprovado em 2006.

Na reunião da CFO de 22/2 o representante da coordenação do Fórum das Seis, professor João Zanetic, argumentou veementemente contra aquilo que se constituiu num lamentável espetáculo: a aprovação de relatório subserviente à LOA-2007 do Executivo (p. 2 e 3). Por esse motivo, divulgamos o “poste” (p. 4), em especial para que a sociedade conheça o desempenho dos “representantes do povo” nesse episódio de irrestrita subserviência ao Executivo.

Entretanto, resta-nos ainda uma chance de conseguir mais recursos para a Educação em 2007. Por incrível que

pareça, podemos ainda vencer os deputados, inclusive por meio de telefonemas e e-mails, a rejeitar os vetos de Lembo/Serra à LDO-2007 que a própria Alesp aprovou. Mas será necessário que um número expressivo de pessoas esteja presente quando da votação da LOA-2007 no plenário da Alesp, prevista para a semana de 26/2 a 2/3.

Não se trata de tarefa fácil, mas é preciso ficar claro que, se prevalecer a LOA-2007 que o governo Serra quer, a Educação pública em geral e as universidades, em particular, certamente não conseguirão manter suas atividades com o nível de qualidade que já tem sido difícil assegurar.

Sua participação nessa luta é de extrema importância. Participe!

CFO, novamente governista, ignora vetos à LDO

De volta ao passado de total submissão ao Executivo, a Comissão de Finanças e Orçamento (CFO) da Assembléia Legislativa aprovou por maioria de votos, na tarde da quinta-feira após o Carnaval, 22/2, parecer de interesse do governador José Serra para a Lei Orçamentária (LOA-2007). O presidente da CFO, deputado Caldini Crespo (PFL), e os demais membros governistas descartaram apreciar os vetos de Lembo/Serra aos dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2007) que aumentavam os recursos para a educação pública e outros setores do serviço público.

A oposição, representada na CFO pelos deputados Renato Simões e Mário Reali (ambos do PT), tentou, sem êxito, resistir ao que chamou de “rolo compressor”. A data da reunião foi escolhida com o propósito de evitar a mobilização do movimento social, em especial dos estudantes, que ainda estão de férias.

Os governistas não pouparam esforços para garantir a vitória na CFO. A própria líder do governo, deputada Rosemary Correa (PSDB) — que no dia 17/2 publicou carta na *Folha de S. Paulo* atacando a Adusp e seu presidente, o professor César Minto —, compareceu à reunião, assim como muitos assessores dos partidos governistas.

Pouco depois de iniciados os trabalhos, o deputado Romeu Tuma Jr. (PMDB) pediu a palavra para denunciar que fora vítima de uma “manobra sórdida”, pois foi substituído na CFO pelo líder do partido, deputado Baleia Rossi. A substituição teve o objetivo de garantir que o voto do PMDB na comissão favorecesse o governo, pois Tuma tradicionalmente vota-

va com a oposição nas questões orçamentárias.

Embora suplente do deputado Jorge Caruso (PMDB) na comissão, havia um acordo mediante o qual Tuma atuava de fato como titular. Porém, Caruso renunciou ao cargo, a pedido do líder peemedebista. “O Baleia se autoindicou”, explicou Tuma ao *Informativo Adusp*. “Deliberadamente entregaram os pontos para o governo”.

Veto tem parecer

O deputado Crespo abriu os trabalhos colocando em debate o parecer do deputado Edmir Chedid sobre a LOA. O deputado Simões apresentou uma questão de ordem, indagando sobre a tramitação do veto às emendas da LDO, que deveria preceder a votação da LOA. Diante da resposta de Crespo de que, segundo o regimento, “simplesmente a matéria vai direto sem parecer para o plenário da casa”, Simões insistiu, lembrando que em 2005 era outro o entendimento do próprio Crespo, e que seria preciso “esgotar a LDO, como fizemos aliás no ano passado, quando a LDO foi votada antes do Orçamento”.

O presidente da CFO admitiu que de fato seria lógico votar antes o veto, mas que as “circunstâncias” — como o recesso parlamentar e outras — iam na direção contrária. Acrescentou ainda que um parecer encomendado à procuradoria jurídica da casa pelo presidente da Alesp, Rodrigo Garcia (PFL), sugere que a matéria terá de ser submetida ao plenário sem passar pela CFO.

“O entendimento jurídico de nossa bancada é de outra natureza”, replicou Simões, que solicitou a Crespo uma cópia do parecer. Ele ficou de providenciar a cópia, mas, ao final da sessão, confessou

não conhecer o documento que citou.

Remanejamento

A seguir, os deputados do PT manifestaram-se em defesa do voto em separado apresentado pela bancada. O voto em separado incorpora os avanços da LDO-2007 vetados pelo então governador Cláudio Lembo a pedido de Serra. Segundo Mário Reali, referindo-se ao parecer de Chedid, os “9,57% mais recursos extras que estão no relatório não atendem às demandas da expansão das universidades, nem do Centro Paula Souza, que foi centro do *marketing*” do candidato Serra. “Você não mantém uma rede se não houver repasses, garantia de recursos para o custeio”.

Ainda segundo Reali, o orçamento está subestimado: prevê receita de R\$ 84,5 bilhões, ao passo que a receita de 2006 foi de R\$ 84 bilhões. Para o deputado, trata-se de um método sempre utilizado pelo governo estadual. “Seguramente vamos extrapolar esses R\$ 84,5 bilhões. O excesso [de arrecadação] vai ser gasto da maneira que convier ao Executivo”. Ele calcula que Serra poderá remanejar até 40% do orçamento, embora o limite legal seja de 17%, que já é muito alto.

Para o deputado petista, a manutenção do veto implica não só gastos menores em educação, mas também o abandono de investimentos previstos em segurança (inclusive modernização da polícia), saúde e outros. “Este relatório [de Chedid] rebaixa todo este processo de discussão”.

“Pedistas”

Ao falar à comissão, Simões começou por historiar a aliança entre PT e PFL na Alesp,



Fotos: Daniel Garcia

Os reitores ausentaram-se da audiência pública convocada pela Comissão de Educação da Alesp, em 13/2, à qual também faltaram os deputados governistas (acima). Mas, na mesma data e só uma hora depois, os reitores reuniram-se com o Colégio de Líderes: abaixo, o reitor da Unesp e o presidente da Alesp

que elegeu o presidente da casa e o presidente da CFO, durou dois anos (2005-2006) e encerrou-se com a ascensão de Lembo ao posto de governador e a eleição de Serra. De acordo com ele, o quadro partidário brasileiro está em mudança, o PFL transformou-se em Partido Democrata (PD), e os pefelistas passarão a ser “pedistas”, o que soa parecido com “petistas”.

“O PFL não gostava de Alekmin, e legitimamente fez oposição a Alekmin da forma que pôde. Achávamos bom que o PFL tivesse esse comportamento”, disse Simões. Para o deputado, no entanto, ao aliar-se a Serra esse partido “redirecionou para o povo de São Paulo as maldades que fez a Alekmin” e “fez o Orçamento que Serra pediu a Deus”.

“O voto em separado do PT é o verdadeiro relatório do deputado Edmir Chedid”, declarou, comparando o trabalho do relator da LDO em 2005 e 2006 — que incorporou emendas que aumentavam os recursos para educação, saúde, segurança pública e outros setores — com o parecer atual do mesmo deputado, que, no essencial, limita-se a aprovar a orientação do governo.

“Tudo que o Serra prometeu na campanha eleitoral o Orçamento tira”, criticou. Dirigindo-se à líder do governo, que é delegada de polícia, deu um exemplo da área: “Tira R\$ 70 milhões da inteligência policial”. Citou que o orçamento para os presídios caiu R\$ 130 milhões, e o reforço para as

santas casas de misericórdia caiu de R\$ 308 milhões para R\$ 205 milhões.

Defesa governista

Os deputados governistas que se manifestaram na CFO procuraram rebater as críticas, a começar por Baleia Rossi, que declarou ter havido um “mal-entendido” de Tuma. Mas ele não se pronunciou sobre as questões orçamentárias em debate.

O deputado Chedid começou por comentar a previsão de receita. Em resposta a um questionamento de Waldir Agnello (PTB), Chedid afirmou sobre o Orçamento: “Devemos ser mais conservadores [em 2007]”. Segundo ele, o excesso de arrecadação do governo em 2006 foi de somente R\$ 1,5 bilhão, bem menor, em termos relativos e absolutos, do que nos anos anteriores.

Sobre os repasses previstos na LDO-2007 para a educação, procurou eximir-se dos vetos adotados pelo governo: “Estivemos várias vezes com o governador Cláudio Lembo pedindo que não vetasse os aumentos. Foi uma decisão pessoal do governador”, explicou.

O relator apresentou seu parecer favorável ao Orçamento como produto do consenso do colégio de líderes. Ademais, teria sido “realizado a quatro mãos, pelo PFL e PSDB”, e contemplado 6 mil emendas.

Retrocesso

Os deputados petistas Enio Tatto e Maria Lúcia Prandi, que não são membros da CFO, também manifestaram-se durante a sessão. E, antes de colocar em votação o parecer de Chedid, o presidente Crespo cedeu a palavra ao professor João Zanetic, representante do Fórum das Seis.

O professor lamentou que a CFO tenha rompido com o procedimento adotado em 2005 e 2006. Apontou que o Estado de São Paulo aplica só cerca de 3,5% do seu PIB com a educação em to-

dos os níveis, ao passo que o Brasil gasta cerca de 4% do PIB nacional (índice que já é muito baixo). Citou que, por exemplo, os Estados Unidos investem cerca de 6% do PIB, apenas para a manutenção de seu sistema educacional.

“O que vimos acontecer na casa em 2005 e 2006 foi construção de um processo democrático, de autonomia dos poderes. Daí saíram 10% do ICMS para as universidades, 0,43% para a expansão,

mais 1% para o Ceeteps”, disse Zanetic. “Deputado Edmir Chedid, seu relatório não contempla isso. Há um retrocesso. É um protesto que o Fórum das Seis traz para a Alesp, e em particular para a CFO”, completou. Chedid respondeu que o relatório prevê verbas para a expansão.

Voto em separado

O deputado Simões chegou a pedir a leitura do voto

em separado de sua bancada, mas desistiu quando foi informado de que houve um acordo de lideranças que firmou um “compromisso de agilização dos trabalhos”. Para ser aceito, o pedido teria que ser votado e aprovado pelos membros da comissão.

Crespo colocou então em votação o parecer de Chedid, que também não foi lido. O documento foi aprovado por 7 votos a 2. Votaram a favor dele os deputados Baleia

Rossi, Caldini Crespo, Edmir Chedid, Waldir Agnello, Maria do Carmo Piunti (PSDB), Paulo Sérgio (PV) e Roberto Moraes (PPS).

Votaram no voto em separado os deputados Renato Simões e Mário Reali (conheça seu teor em www.ptalesp.org.br). Após o final da reunião, Chedid informou aos jornalistas presentes que o Orçamento poderá ser votado pelo plenário da Alesp a partir do dia 27/2.

Para Pinotti, medidas são “naturais”, e reações “interpretações equivocadas”

Em entrevista à TV Cultura, secretário defende vetos de Lembo à LDO-2007

No dia 8/2, o secretário estadual de Ensino Superior, José Aristodemio Pinotti, concedeu uma entrevista ao programa “Opinião Nacional”, exibido pela TV Cultura. Algumas afirmações do secretário são dignas de nota. Logo no início, Pinotti tratou de informar que nem ele, nem o governador Serra escreveram o decreto 51.461/07. Mas não esclareceu, nem lhe foi perguntado, quem são os autores.

Para Pinotti, o que houve foi um mal-entendido entre o governo do Estado e as universidades, que já teria sido resolvido em reuniões com os reitores. Segundo o secretário, “realmente houve uma interpretação equivocada dos fatos, felizmente hoje os reitores estão absolutamente tranquilos em relação a isso e colaboraram muito no sentido de acalmar a comunidade universitária”.

Pinotti admitiu que o governo não viu necessida-

de de debater os decretos previamente com os reitores. Na sua opinião, “não havia por quê discutir com eles o que estava acontecendo, porque são coisas absolutamente naturais”, e a decisão do governador Serra de criar a Secretaria de Ensino Superior “foi um gesto de valorização da universidade”.

O secretário declarou que o contingenciamento de verbas não vai continuar, e que os recursos retidos serão reembolsados quando for aprovada a Lei Orçamentária Anual (LOA/2007). Disse que o governo mantém a intenção de transferir a gestão financeira das universidades para o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estado e Municípios do Estado de São Paulo (Siafem, controlado pela Secretaria da Fazenda), porém está disposto a negociar as condições: “o que a gente precisa é conversar longamente para que o Siafem entre sem angús-

tias, e de forma adequada, talvez até com algumas modificações para as universidades”, afirmou.

Vetos de Lembo

Na visão de Pinotti, o então governador Cláudio Lembo agiu corretamente ao vetar os artigos da LDO/2007 que previam aumento de verbas para as universidades e para toda a educação pública. Para ele, “o governador Cláudio Lembo não podia dar 10,4%, até porque ele não podia criar um aumento de gasto para o governo seguinte. Ele agiu eticamente”.

O secretário anunciou que o governo irá criar cursos pré-vestibulares: “Nós vamos fazer cursinhos gratuitos, já conversamos com os reitores, o governador vai dar bolsas para esses estudantes, para os estudantes do cursinho podem pagar esses estudantes universitários que vão dar o cursinho sob a orientação das universidades”.

Para Pinotti, “tem que haver uma agilidade dentro da universidade para fechar cursos, diminuir cursos e criar cursos”, de forma a atender melhor às demandas por emprego. Ele afirmou que o governo pretende estimular a criação de cursos de caráter técnico, e citou como exemplos a USP Leste e o Campus de Limeira da Unicamp.

Anunciou, ainda, que a Secretaria de Ensino Superior tentará criar um Sistema de Ensino Superior no estado, articulando as instituições públicas e as privadas, nos moldes do Processo de Bolonha, adotado em parte da Europa. Prosseguindo nessa linha, no final da entrevista Pinotti apontou para uma política de estímulo às fundações privadas: “Para você ver como a universidade tem até capacidade para se autofinanciar, através de financiamento de pesquisa, de fundações etc. E é isso que o governo do Estado quer, que isso aconteça, que continue acontecendo”.

LDO/LOA-2007

Deputados que votaram a favor das nossas propostas



Mário Reali (PT)



Renato Simões (PT)



José Caldini Crespo (PFL)



Edmir Chedid (PFL)



Baleia Rossi (PMDB)

Deputados que votaram contra os interesses da educação e universidade públicas



Roberto Morais (PPS)



Maria do Carmo Piunti (PSDB)



Paulo Sérgio (PV)



Waldir Agnello (PTB)

26º Congresso do Andes decidirá sobre filiação ou não ao Conlutas

Entre 27/2 e 4/3, terá lugar em Campina Grande (PB) o 26º Congresso da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-Sindicato Nacional), da qual a Adusp é seção sindical. Na pauta, movimento docente e conjuntura; centralidade da luta; políticas sociais; questões organizativas e financeiras e plano de lutas.

No centro dos debates estará a questão da reorganização e unificação da classe trabalhadora com liberdade de organização sindical, a defesa do serviço público,

da universidade pública e a luta contra as reformas neoliberais.

O Andes-SN, que foi filiado à CUT por compreendê-la como a mais importante organização não partidária que a classe trabalhadora brasileira construiu para ampliação dos direitos sociais e de cidadania — e que dela se desfilou em 2005, por decisão congressual, por entender que se consolidara o processo em curso desde os anos 1990, de perda de autonomia da entidade em relação a partidos políticos, e de fortalecimento da burocracia em de-

trimento de suas instâncias de deliberação — vê-se agora diante da decisão de filiar-se à Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), conforme proposta encaminhada pela atual diretoria do Andes-SN.

Essa proposta surge no contexto das ações que o Andes-SN empreende ao lado de diversos setores da classe trabalhadora, no sentido de constituir novos instrumentos de luta. Assim é que participou em 2004, em Luziânia (GO), do encontro de entidades sindicais e populares que constituiu o Conlutas; participou como observador em

2006, em Sumaré (SP), do Congresso Nacional de Trabalhadores (Conat), que formalizou a Coordenação como uma Central Sindical e Popular; e acompanhou outras iniciativas, como a Assembleia Nacional Popular e de Esquerda e a Intersindical.

O próprio histórico da CUT realça a importância da devida avaliação política quanto ao ingresso, neste momento, em uma nova Central Sindical, ou a manutenção da posição até aqui adotada pelo Andes-SN, de participar e fortalecer todos os movimentos que lutam no senti-

do de rearticular e fortalecer os trabalhadores.

A assembléia da Adusp de 7/2, que elegeu nossos delegados ao 26º Congresso (Américo Sansigolo Kerr, Carla R. O. Carvalho, César Augusto Minto, Heloísa Borsari, João Zanetic, Osvaldo Coggiola e Sérgio P. Amaral Souto), não fechou questão quanto à filiação ou não ao Conlutas. Portanto, neste ponto da pauta cada delegado da Adusp votará conforme suas próprias convicções, levando em consideração os diferentes argumentos apresentados no debate.